



A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

*THE POLITICS OF CLIMATE CHANGE AND TOURIST DEVELOPMENT:
EVIDENCE FROM PRIORITY DESTINATIONS IN RIO DE JANEIRO*

*LA POLÍTICA DEL CAMBIO CLIMÁTICO Y EL DESARROLLO TURÍSTICO:
EVIDENCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITARIOS EN EL ESTADO DE RÍO
DE JANEIRO*



Tiago Juliano – UNIRIO*1

Ivy Xavier Sardinha Dutra Soares – UNIRIO*2

Submetido em: 21/10/2025

Aprovado em: 18/11/2025

Avaliado em pares

Editor: Izac Bonfim

RESUMO

As mudanças climáticas correspondem às transformações em escala global que afetam o sistema climático do planeta e que são ocasionadas por fatores naturais e antropogênicos. Essas mudanças têm fomentado estratégias de adaptação e mitigação que buscam fortalecer a resiliência de sistemas socioecológicos. A relação entre mudanças climáticas e turismo é complexa e ambígua, uma vez que a crise climática pode trazer profundas transformações para destinos turísticos, ao mesmo tempo que este setor é um dos principais tributários da pegada global de carbono. Esse estudo indaga quais são as respostas de destinos turísticos na governança dos riscos climáticos, investigando os principais destinos do Estado do Rio de Janeiro, importante portão de entrada do turismo brasileiro e um dos territórios mais vulneráveis a eventos extremos. O objetivo consistiu em analisar a internalização da agenda climática nas políticas de turismo, identificando a percepção de representantes públicos e privados que atuam no setor de turismo. Pretendeu-se levantar as categorias de ações de mitigação e adaptação de riscos existentes e compreender o nível de articulação entre políticas climáticas e de turismo. A pesquisa apresenta finalidade exploratória e descritiva, com abordagem de dados quali-quantitativos, seguindo quatro etapas de trabalho: revisão de literatura; levantamentos em bancos de dados sobre áreas de risco; análise do conteúdo de políticas públicas; e coleta de dados primários junto a representantes locais do turismo. Os resultados

354

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

indicam que os principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro são os que possuem maior nível de emissões de gases do efeito estufa. Observa-se uma articulação insuficiente entre as agendas climática e turística e, embora as mudanças climáticas sejam percebidas como um risco já existente, há evidências de negacionismo climático no setor turístico dos destinos analisados. As principais preocupações são de ordem econômica e não há clareza quanto às responsabilidades na governança dos riscos.

Palavras-Chave: Mudanças climáticas; Destinos turísticos; Políticas públicas; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Climate change refers to global-scale transformations that affect the planet's climate system, driven by both natural and anthropogenic factors. These changes have stimulated adaptation and mitigation strategies aimed at strengthening the resilience of socioecological systems. The relationship between climate change and tourism is complex and ambiguous, as the climate crisis can generate profound transformations in tourist destinations while the tourism sector remains one of the main contributors to the global carbon footprint. This study investigates how tourist destinations respond to climate risks through governance mechanisms, focusing on key destinations in the State of Rio de Janeiro (Brazil), an important gateway for Brazilian tourism and one of the territories most vulnerable to extreme events. The objective was to analyze the integration of the climate agenda into tourism policies, identifying the perceptions of public and private representatives who operate in the tourism sector. The study sought to categorize existing mitigation and risk adaptation actions and to understand the level of coordination between climate and tourism policies. The research is exploratory and descriptive, employing a mixed-methods approach structured in four stages: literature review; data collection from risk area databases; content analysis of public policies; and primary data collection with local tourism agents. The results indicate that the main tourist destinations in the State of Rio de Janeiro are also those with the highest levels of greenhouse gas emissions. The findings reveal insufficient coordination between the climate and tourism agendas, and although climate change is perceived as an existing risk, there is evidence of climate denialism within the tourism sector of the destinations analyzed. The main concerns are predominantly economic in nature, and there is a lack of clarity regarding responsibilities in climate risk governance.

Keywords: Climate change; Tourist destinations; Public policies; Rio de Janeiro.

RESUMEN

El cambio climático corresponde a transformaciones de escala global que afectan el sistema climático del planeta y que son ocasionadas por factores naturales y antropogénicos. Estos cambios han impulsado estrategias de adaptación y mitigación capaces de fortalecer la resiliencia de los sistemas socio ecológicos. La relación entre cambio climático y turismo es compleja y ambigua, dado que la crisis climática puede generar profundas transformaciones en los destinos turísticos, al mismo tiempo que este sector es uno de los principales contribuyentes a la huella global de carbono. Este estudio indaga cuáles son las respuestas de los destinos turísticos en la gobernanza de los riesgos climáticos, investigando los principales destinos del estado de Río de Janeiro, importante puerta de entrada del turismo brasileño y uno de los territorios más vulnerables a eventos extremos. El objetivo consistió en analizar la incorporación de la agenda climática en las políticas de turismo, identificando la percepción de representantes públicos y privados que actúan en el sector turístico. Se pretendió identificar las categorías de acciones existentes de mitigación y adaptación a los riesgos, así como comprender el nivel de articulación entre las políticas climáticas y las de turismo. La investigación presenta un carácter exploratorio y descriptivo, con un enfoque de datos cualitativos y cuantitativos, siguiendo cuatro

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

etapas de trabajo: revisión de la literatura; levantamiento en bases de datos sobre áreas de riesgo; análisis del contenido de políticas públicas; y recolección de datos primarios con representantes locales del turismo. Los resultados indican que los principales destinos turísticos del estado de Río de Janeiro son aquellos que poseen los mayores niveles de emisiones de gases de efecto invernadero. Se observa una articulación insuficiente entre las agendas climática y turística y, aunque el cambio climático es percibido como un riesgo ya existente, existen evidencias de negacionismo climático en el sector turístico de los destinos analizados. Las principales preocupaciones son de orden económico y no existe claridad respecto a las responsabilidades en la gobernanza de los riesgos.

Palabras clave: *Cambio climático; Destinos turísticos; Políticas públicas; Río de Janeiro.*

Como Citar (APA):

Juliano, T.; Soares, I. X. S. D. (2025). A política das mudanças climáticas e desenvolvimento turístico: evidências a partir de destinos prioritários no Rio de Janeiro *Ateliê do Turismo*, 9(1), 20–49. <https://doi.org/10.55028/at.v9i1.24336>

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas afetam processos essenciais dos sistemas socioecológicos, bem como a integridade de serviços ecossistêmicos que são fundamentais à sobrevivência humana e de outras formas de vida, resultando em um quadro que exige respostas de mitigação e adaptação aos riscos associados à crise climática (Grimm et al., 2018). O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2014) define mitigação como as intervenções necessárias para reduzir fontes de emissão de gases do efeito estufa (GEE) ou aumentar áreas de sumidouro; e adaptação como o processo de ajuste dos sistemas naturais e humanos ao clima (real e esperado) e seus efeitos, de forma a diminuir os impactos decorrentes das mudanças observadas. O cenário das mudanças ambientais globais e da crise climática, em particular, aumenta a vulnerabilidade de diferentes regiões do mundo, que corresponde à suscetibilidade de comunidades ou sistemas aos riscos gerados por aquelas mudanças (*United Nations International Strategy for Disaster Reduction*, 2012).

No caso de destinos turísticos, a vulnerabilidade pode ser compreendida como a redução da atratividade turística a partir das relações entre mudanças climáticas e estratégias de mitigação e adaptação (Santos-Lacueva et al., 2017). Por outro lado, o contexto das mudanças climáticas também evidencia a capacidade de resposta de diferentes comunidades. Considera-se resiliência a capacidade de um sistema socioecológico – sistema integrado de ecossistemas e sociedades humanas – adaptar-se continuamente às mudanças, dentro de certos limites críticos, pressupondo a coexistência de processos de adaptação e transformação (Folke et al., 2010).

A governança de riscos associados à emergência climática corresponde à aplicação de políticas e estratégias para reduzir riscos – existentes ou emergentes – contribuindo

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

para o fortalecimento da resiliência de uma comunidade e redução de perdas de diferentes tipos (*United Nations International Strategy for Disaster Reduction*, 2017).

No campo do turismo, as consequências da emergência climática ainda são especulativas (Rocha & Silveira, 2021), embora já se reconheça a natureza multidimensional dos efeitos climáticos sobre o fenômeno turístico (Santos & Marengo, 2010). Também se espera que eventos climáticos extremos alterarão o padrão dos fluxos turísticos globais. Tais incertezas devem redirecionar a visitação para destinos novos ou mesmo aumentar a pressão por áreas consideradas ameaçadas e que representam uma última chance de visita (Fletcher, 2019).

Nesse contexto, o Antropoceno tem sido considerado um novo período geológico, particularizado pela escala e celeridade das transformações sofridas pelo planeta, cuja origem é essencialmente a ação antrópica (Crutzen, 2002). Em adição, algumas das fronteiras que garantem a integridade da biosfera – os chamados limites planetários – já foram ultrapassadas, incluindo as mudanças dos padrões climáticos (Rockstrom et al., 2009). Nesse cenário, o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC) tem produzido dados cientificamente fundamentados que registram as profundas alterações climáticas desde os anos 1980. Entretanto, a sistematização de uma preocupação com a emergência climática no turismo é recente (Grimm, 2016) e apenas com a Declaração de Glasgow (Organização Mundial do Turismo, 2021) se avançou na construção de uma agenda global para o enfrentamento da emergência climática no turismo. Esse documento propõe medidas estratégicas, contemplando ações de mensuração de emissões, descarbonização, regeneração ecológica, colaboração e financiamento de medidas.

Esse estudo questiona quais são as respostas de destinos turísticos aos riscos da crise climática, adotando como objeto de análise destinos prioritários no Estado do Rio de Janeiro, importante portão de entrada do turismo brasileiro e um dos territórios mais vulneráveis a eventos climáticos extremos.

O principal objetivo consistiu em analisar a internalização das mudanças climáticas na agenda política dos destinos turísticos, identificando a percepção de gestores públicos e privados do turismo. Em caráter adicional, buscou-se levantar a existência de medidas de mitigação e adaptação aos riscos climáticos nesse território e o nível de articulação entre as políticas do clima e do turismo em diferentes escalas. O estudo contemplou representantes dos municípios de Angra dos Reis, Armação de Búzios, Cabo Frio, Paraty, Petrópolis e Rio de Janeiro.

De acordo com Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (2018), estima-se que as atividades humanas tenham causado o aumento da temperatura média global em aproximadamente 1°C acima dos níveis pré-industriais e é provável que esse aquecimento alcance 2°C nas duas próximas décadas, se o atual ritmo de emissão continuar. O Estado do Rio de Janeiro possui cerca de 1.160 km de costa, abrangendo 33 dos 92 municípios de seu território. Na região costeira, vive mais de 80% da população e sua importância econômica está associada à produção nacional de petróleo e gás. Nas

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

últimas três décadas, o Estado do Rio de Janeiro tem sido um dos mais afetados por eventos climáticos extremos (Portal de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro, 2024). Também cabe destacar que destinos localizados próximos à costa brasileira têm recebido maior atenção dos estudos que abordam as mudanças climáticas no turismo, devido à existência de riscos mais visíveis e vinculados ao aumento do nível do mar, que podem prejudicar a imagem das localidades e interferir na percepção dos turistas (Rocha & Silveira, 2021).

Embora ações de adaptação e mitigação às mudanças climáticas sejam uma preocupação crescente, tanto na agenda científica como nas pautas públicas, o tema ainda é pouco explorado no contexto do turismo brasileiro. O estudo alinha-se aos compromissos da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como está em consonância com as diretrizes da recente Declaração de Glasgow para a Ação Climática no Turismo (2021).

Partindo de uma abordagem interdisciplinar e estratégia multimétodos, a pesquisa estruturou-se em quatro etapas: revisão de literatura; levantamento de riscos ambientais nos destinos turísticos; análise de conteúdo de políticas; e análise de respostas aos riscos pelos agentes locais. Essa investigação pretende traçar um panorama das capacidades de resiliência dos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro frente à emergência climática, subsidiando planos de ação por parte de tomadores de decisão e da sociedade. Defende-se que estudos dessa natureza podem contribuir para a maior visibilidade da questão climática nas políticas de turismo e subsidiar estratégias de redução de perdas decorrentes de riscos associados à crise climática.

REFERENCIAL TEÓRICO

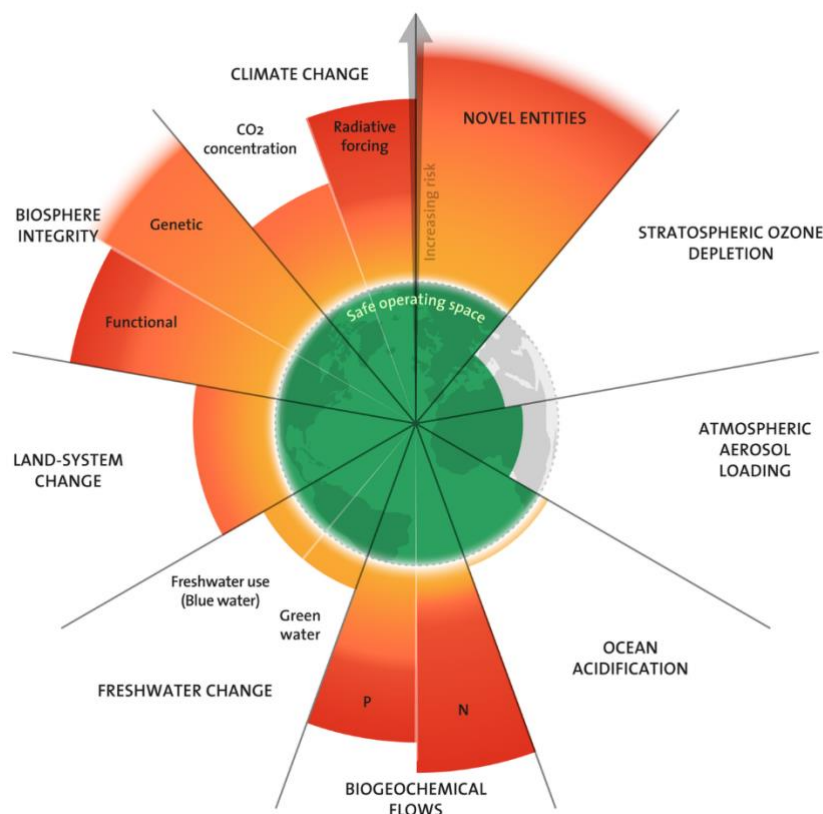
Mudanças climáticas e turismo: uma agenda política em construção

Nas últimas décadas, a noção de crise ambiental tem se difundido entre diferentes setores da sociedade e denuncia o esgotamento dos atuais padrões de vida e produção, que parecem negligenciar os limiares do planeta. Com efeito, Röckstrom et al. (2009) apontam que um conjunto de ‘limites planetários’ precisam ser observados no curso das ações humanas na contemporaneidade. Esses limites contemplam as mudanças climáticas, a taxa de perda da biodiversidade, a interferência em ciclos biogeoquímicos, a depleção da camada de ozônio estratosférico, a acidificação dos oceanos, o uso da água potável, as mudanças no uso da terra, a poluição química e a emissão de gases na atmosfera. De acordo com parâmetros científicos, sete dos nove limites planetários já ultrapassaram a capacidade regenerativa da biosfera, destacando-se as mudanças climáticas (Figura 1).

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Fig. 1

Limites planetários



Fonte: Stockholm Resilience Centre (2025)

Os limites planetários conformam abordagem teórica que funciona como precaução às perturbações antropogênicas sobre os sistemas naturais, destacando a interrelação entre esses processos e sugerindo que a transgressão de um dos limites tende a colocar outros sistemas planetários em risco (Mace et al., 2014). Essa abordagem também indica a transição entre um período geológico relativamente mais estável – o Holoceno – quando as mudanças ambientais acompanhavam o ritmo regenerativo do planeta; e um período no qual as ações humanas se tornaram o principal vetor de transformações planetárias – o chamado Antropoceno (Crutzen, 2002). Embora existam diferentes propostas cronológicas para marcar seu início, o Antropoceno tem sido frequentemente associado às transformações atmosféricas provocadas pela Revolução Industrial, desde a segunda metade do século 18 (Smith & Zeder, 2013).

As mudanças climáticas podem ser conceituadas como alterações ocorridas no sistema climático do planeta (atmosfera, hidrosfera, biosfera e superfície terrestre), ocasionadas por ações antropogênicas e/ou naturais. Desde 1988, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) reúne especialistas que objetivam subsidiar pesquisas sobre as causas e os potenciais impactos das mudanças climáticas. O primeiro relatório do IPCC foi publicado em 1990 e constatou que o aumento da concentração de gases do

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

efeito estufa (GEE) desde o início da industrialização havia alterado o balanço energético planetário. Relatórios recentes do IPCC indicaram aumento médio de 1,59°C da temperatura dos continentes na última década e avaliaram que a concentração dos principais GEE (gás carbônico, metano e óxido nitroso) é a maior dos últimos 800 mil anos e foi induzida pela ação humana (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2021).

Em conjunto às projeções produzidas pelo IPCC, uma agenda global sobre as mudanças climáticas tem se forjado a partir de grandes encontros mundiais, podendo ser destacados: a Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima, discutida na Eco-92 e que propôs ações de registro, mitigação, adaptação e informação como estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas; o Protocolo de Kyoto (1997), marcando uma intenção dos países desenvolvidos reduzirem emissões de GEE; e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) que busca discutir acordos e metas para a questão climática global. No ano de 2015, dois acordos multilaterais definiram compromissos e diretrizes para o desenvolvimento sustentável. Em setembro, a Agenda de Desenvolvimento 2015-2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo um específico para as mudanças climáticas (ODS13). Em dezembro do mesmo ano, a COP21 (Acordo de Paris) buscou fomentar esforços para limitar o aumento médio da temperatura em 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais. Em 2025, o Brasil sediará a próxima versão da Conferência das Partes (COP30), na cidade de Belém (PA).

Mudanças climáticas provocam não somente riscos ambientais, mas produzem efeitos sociais, econômicos e políticos. No turismo, esses efeitos trazem implicações para as infraestruturas turísticas, desestabilizam o sistema turístico e implicam em novos modelos de desenvolvimento e de operações turísticas (Santos & Marengo, 2020). Embora possuam abrangência global, as mudanças climáticas podem se manifestar de forma desigual em diferentes regiões do mundo, agravando disparidades sociais em países emergentes ou criando novos focos de miséria em países pobres. No contexto turístico, pequenos estados insulares em desenvolvimento no Caribe, Oceano Índico e Pacífico são apontados como as regiões turísticas mais ameaçadas pela emergência climática global (Scott et al., 2019).

A relação entre turismo e mudanças climáticas requer uma análise relacional, tendo em vista que o turismo é tanto um dos setores mais vulneráveis às consequências dessas mudanças como um dos seus principais catalisadores. Os efeitos das mudanças climáticas no turismo são abrangentes: aumentam a concorrência por recursos disponíveis, intensificando conflitos; alteram padrões populacionais, migratórios e reprodutivos da biodiversidade; eventos climáticos extremos e desastres naturais representam riscos à vida humana, segurança alimentar, segurança hídrica e podem isolar comunidades ou cidades; o aumento do nível do mar pode provocar inundações, invasão de aquíferos, prejudicar a qualidade de ambientes costeiros e suas infraestruturas; perdas econômicas diretas, desvalorização do mercado imobiliário, perda de empregos; aumento das despesas públicas em recuperação de infraestrutura e medidas de emergência; insegurança e desconfiança do turista; riscos de doenças e

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

epidemias relacionadas aos desequilíbrios ecológicos; e riscos ao patrimônio construído e imaterial (Grimm et al., 2018; Zanirato, 2018; Marengo et al., 2017).

Por outro lado, a indústria turística é intensiva no uso de energia fóssil, estimando-se que seja responsável por cerca de 5% do total de emissões de GEE. Os maiores responsáveis pela pegada ecológica do turismo correspondem ao setor de transportes, que emitem cerca de 75% dessas emissões; setor de hospitalidade (21%); e de entretenimento (4%) (Markham et al., 2016). Entretanto, essa estimativa pode chegar a 8% das emissões totais de GEE e tem grande participação dos países ricos (Lenzen et al., 2018). A distância entre origem e destino, a permanência média e o padrão de gastos e consumo são fatores que influenciam a pegada de carbono no setor de turismo (Gossling et al., 2005).

Incompatível com as audaciosas metas do Acordo de Paris (2015), o atual desempenho ambiental do turismo será crescentemente pressionado para reduzir as emissões de GEE, buscando uma transição para uma economia de baixo carbono (Markham et al., 2016; Grimm et al., 2018). A Declaração de Glasgow (2021), promovida pela Organização Mundial do Turismo (OMT) durante a COP26, ilustra essa demanda ao propor a redução pela metade das emissões de GEE no turismo até 2030 e em zero-las até 2050. O de medidas propostas em Glasgow fazem parte das estratégias da chamada Década para Ação Climática no Turismo.

No cenário da crise climática, a literatura internacional destaca atenção aos efeitos em destinos insulares e de neve. Já no caso brasileiro, a predominância do segmento de sol e praia justifica a ênfase das pesquisas na região costeira do país, mesmo que as mudanças climáticas potencializem alterações nos padrões de fluxos turísticos e gerem novas pressões em destinos continentais (Grimm et al., 2018). Os estudos também tendem a destacar o papel das políticas públicas como ferramenta para promoção de ações de enfrentamento aos riscos das mudanças climáticas, ainda que o repertório de ações e os resultados efetivos das intervenções estejam aquém do necessário (Gil et al., 2023; Santos & Marengo, 2020).

As mudanças climáticas representam um desafio global que afeta componentes e processos fundamentais dos sistemas de vida no planeta, como acesso à água, alimentos, saúde e meio ambiente; potencializando conflitos pelo uso de recursos naturais e intensificando impactos de origem antropogênica como industrialização, urbanização e desenvolvimento econômico (Grimm et al., 2018).

No turismo, os efeitos das mudanças climáticas permanecem especulativos, dificultando o desenho de diagnósticos e cenários mais assertivos (Rocha & Silveira, 2021). Porém, já se reconhece que esses efeitos são multidimensionais, de forma que as mudanças climáticas não implicam apenas em riscos de desastres naturais e perdas materiais e econômicas (Santos & Marengo, 2010; Markham et al., 2016), mas afetam o turismo a partir da vulnerabilidade dos patrimônios naturais e culturais, em sua dimensão material e identitária (Zanirato, 2018).

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Investigações que relacionem mudanças climáticas e turismo possuem grande potencial de contribuição para o avanço do conhecimento sobre o tema. Levantamento de Fang, Yin e Wung (2017) apontou que a produção científica sobre mudanças climáticas e turismo se intensificou a partir de 2010, indicando um interesse recente por essa temática. Outro aspecto relevante que marca o estado da arte desse campo de estudos é a maior preocupação dessas pesquisas com destinos turísticos de inverno e regiões insulares. Embora desperte crescente interesse na comunidade científica, há uma carência de dados que permitam uma maior compreensão das escalas regionais e locais, sobretudo, em países emergentes.

Estudos sobre a governança das mudanças climáticas no turismo também se justificam pela frágil articulação entre mecanismos e arranjos normativos que visam construir diretrizes de adaptação e mitigação e a complexidade do planejamento e desenvolvimento do turismo (Rocha & Silveira, 2021). Políticas e programas de enfrentamento das mudanças climáticas tangenciam apenas superficialmente a participação do turismo no agravamento da emergência climática e os efeitos dessas mudanças sobre o setor turístico. O Plano Nacional de Adaptação do Clima (2016), por exemplo, elenca setores estratégicos para o país, como mineração, agricultura, indústria, segurança alimentar etc., sem considerar o turismo. Por outro lado, o quadro das políticas e programas de turismo também carece de ferramentas e conhecimentos para abordar e propor medidas adaptativas às mudanças climáticas nos destinos turísticos brasileiros.

A recém lançada Declaração de Glasgow (OMT, 2021) consolida a necessidade de maior aprofundamento dos debates sobre mudanças climáticas no turismo, o que requer a colaboração de pesquisas que possam subsidiar avanços na proposição de estratégias, indicadores e estudos de caso. Em que pese a importância dessas crescentes articulações, o turismo ainda não é considerado um setor estratégico no quadro das políticas do clima. Para Rocha e Silveira (2021), a desarticulação entre políticas de ação climática e de turismo dificulta diagnósticos mais precisos e uma melhor compreensão dos desdobramentos das mudanças climáticas para este setor. O turismo pode suportar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, uma vez que recursos e estratégias de conservação ambiental a partir de práticas turísticas podem se constituir importante ferramenta para a manutenção de sumidouros de GEE e dos serviços ecossistêmicos. A visitação turística também é uma oportunidade para sensibilizar parcela expressiva da sociedade sobre os papéis individuais e coletivos frente aos riscos colocados pela emergência climática (Markham et al., 2016; Grimm et al., 2018).

METODOLOGIA

Essa pesquisa abordou a governança de riscos associados às mudanças climáticas em um conjunto de destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. A preocupação institucional com o turismo nesse Estado se iniciou nos anos 1960 e a primeira organização do território em regiões turísticas foi proposta na década seguinte, acompanhada por diferentes estratégias de planejamento do turismo nos anos posteriores (Fratucci, 2008). Atualmente, o desenvolvimento do turismo no Estado do

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro é concebido a partir de doze regiões turísticas: Águas do Noroeste, Agulhas Negras, Baixada Verde, Caminhos Coloniais, Caminhos da Mata, Caminhos da Serra, Costa Doce, Costa do Sol, Costa Verde, Metropolitana, Serra Verde Imperial e Vale do Café. Essas regiões contemplam 81 dos 92 municípios do Estado.

O estudo apresentou como ponto de partida a seguinte questão: quais são as respostas dos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro no enfrentamento à emergência climática? Foi adotada uma abordagem interdisciplinar, com o emprego de diferentes métodos e análise multiescalar (Iwana, 2014) para discutir as interações entre políticas globais e locais de ação climática. Para contextualizar a área de estudos, foram considerados dados sobre vulnerabilidade ambiental, tendo como principais fontes o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Plataforma AdaptaClima e Portal Rio de Janeiro de Mudanças Climáticas. Essas bases de dados foram consultadas para identificação de informações sobre nível de emissão de GEE e áreas consideradas de risco no território estudado. Também foram considerados dados sobre o setor turístico a partir do Mapa Brasileiro do Turismo (Ministério do Turismo, 2023), identificando quais localidades do Estado do Rio de Janeiro detinham maior nível de atratividade turística a partir da metodologia adotada pelo Ministério do Turismo. Em adição, foram analisadas políticas públicas e coletados dados primários, a partir da aplicação de questionários a representantes locais do turismo nos destinos selecionados (Quadro 1).

Quadro 1

Fonte e natureza dos dados e informações

Bases de dados	Informações
Bases estatísticas e georreferenciadas sobre áreas de risco	<ul style="list-style-type: none">• CEMADEN/Bater• Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)• Plataforma AdaptaClima• Plataforma RIOCLIMA
Base de dados sobre oferta e fluxo turístico	<ul style="list-style-type: none">• Mapa do Turismo Brasileiro (Ministério do Turismo)• Inventários Turísticos Estaduais e Municipais
Documentação institucional (políticas oficiais)	<ul style="list-style-type: none">• Políticas, programas e ações de enfrentamento à ação climática em diferentes escalas• Políticas de turismo: planos nacionais, estadual e municipais
Ações locais nos destinos turísticos	<ul style="list-style-type: none">• Dados primários, coletados por meio de questionários dirigidos a gestores públicos e privados do turismo

Nota. Elaborado pelos autores.

Para compor a amostra do estudo, foram considerados os destinos turísticos prioritários do Estado do Rio de Janeiro, entendidos como aquelas que receberam a melhor

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

classificação (Categoria A) no Mapa do Turismo Brasileiro, no momento da coleta de dados. Esse recorte resultou em um grupo de sete destinos: Angra dos Reis, Armação de Búzios, Cabo Frio, Macaé, Paraty, Petrópolis e Rio de Janeiro. A partir da composição amostral dos destinos turísticos, foram realizados contatos (por telefone e e-mail) com os órgãos gestores de turismo destas localidades, para esclarecer os objetivos da pesquisa e solicitar suporte na difusão do instrumento de coleta de dados. Como público alvo, elegeram-se como respondentes os representantes dos conselhos municipais de turismo do grupo de destinos indicado acima.

Essa pesquisa se insere na perspectiva teórico-metodológica dos estudos do turismo como fenômeno complexo (Beni & Moesch, 2017), com abordagem de dados quantitativos e qualitativos (Minayo, 1994) e com finalidade exploratória e descritiva (Dencker, 1998; Gil, 2008). O desenho metodológico da investigação segue a perspectiva de Iwana (2014) que sugere que a interdisciplinaridade nas investigações sobre mudanças climáticas deve considerar o uso de indicadores quali-quantitativo; análise multiescalar (relações global/local); uso de diferentes metodologias; e possibilitar estudos participativos que viabilizem a articulação entre pesquisa-sociedade-governança. O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em quatro etapas de trabalho (Quadro 2).

Quadro 2

Etapas da pesquisa

Etapas	Procedimentos e objetivos
1. Revisão de Literatura	Levantamento de referências nacionais e internacionais sobre a relação entre mudanças climáticas e turismo; Síntese do estado da arte e lacunas de conhecimento sobre o tema.
2. Levantamento de riscos	Coleta de dados sobre vulnerabilidade das áreas e tipos de risco nas bases selecionadas.
3. Análise de conteúdo de políticas	Análise do conteúdo das principais políticas de ação climática e das políticas de turismo em diferentes escalas para identificar a interação entre os temas 'turismo' e 'mudanças climáticas' nesses documentos.
4. Análise de respostas aos riscos	Elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados primários, no formato de questionário, aplicado a gestores públicos e privados do turismo nos destinos contemplados pelo levantamento, tendo como corpo amostral os representantes dos conselhos municipais de turismo dos destinos contemplados pela pesquisa.

Nota. Elaborado pelos autores.

No âmbito da análise documental (Cellard, 2012), pretendeu-se investigar o nível de articulação entre os principais quadros das políticas do clima e do turismo. Os

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

documentos contemplados foram a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (2009), o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima (2016), a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2010) e o Plano de Adaptação Climática do Estado do Rio de Janeiro (2018). No âmbito das políticas de turismo, foram analisados o Plano Estratégico do Turismo Rio+10 (2022-2032) e planos municipais de turismo dos destinos possuíam e divulgavam esses documentos de forma pública.

O instrumento de coleta de dados primários adotou o formato de questionário. As questões foram concebidas tendo como parâmetros as ações previstas na Declaração de Glasgow (Organização Mundial do Turismo, 2021) e documentos com diretrizes afins. O questionário foi aplicado de forma remota e elegeram-se como respondentes os membros dos conselhos municipais de turismo (Comtur) dos destinos estudados, justificando-se essa opção pela representatividade de atores públicos e privados que compõem essas arenas. O esforço para coleta dos dados ocorreu ao longo do ano de 2024 e resultou em 35 participações, em seis dos sete municípios selecionados: Cabo Frio (18 participantes), Petrópolis (6 participantes), Angra dos Reis (5 participantes), Armação de Búzios (3 participantes), Paraty (2 participantes) e Rio de Janeiro (1 participante). Não se obteve participação de representantes do município de Macaé. Os respondentes foram majoritariamente de gestores públicos (n=19) seguidos de membros do setor privado (n=12), representantes de órgãos da sociedade civil organizada (n=3) e consultoria especializada na área de turismo (n=1). Os respondentes representam a perspectiva de representantes do turismo nos principais destinos do Estado do Rio de Janeiro acerca da governança dos riscos associados às mudanças climáticas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estado da arte sobre as mudanças climáticas no contexto do turismo destaca a natureza sinérgica dos nexos entre a emergência climática e este setor. Com efeito, ao mesmo tempo em que se especula que o turismo será cada vez mais impactado pelas mudanças climáticas nas próximas décadas, as viagens turísticas também têm sido uma das principais tributárias dessas mudanças, sobretudo, devido à alta dependência dos deslocamentos turísticos frente à energia fóssil. Os estudos atuais também sinalizam que os países ricos tendem a ser os principais responsáveis pela emissão de GEE. Destinos insulares e de neve predominam na literatura, refletindo tanto uma preocupação com áreas mais vulneráveis às mudanças climáticas quanto à origem dos pesquisadores e centros de estudos (Gossling et al., 2005; Grimm et al., 2018; Lenzen et al., 2018; Markham et al., 2016).

No Brasil, a ênfase das incipientes discussões sobre mudanças climáticas e turismo recai sobre a porção litorânea do país, que concentra dois terços de todo fluxo turístico nacional e internacional e grande parte dos componentes da oferta turística brasileira. A literatura sobre o tema das mudanças climáticas no contexto turístico também tende a destacar o papel das políticas públicas como ferramenta para promoção de ações de enfrentamento aos riscos dessas mudanças (Gil et al., 2023; Paula, 2019; Santos & Marengo, 2020; Santos-Lacueva et al. 2017). O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (2017) estima que o aumento médio do nível do mar na costa brasileira será

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

entre 0,8 e 2 metros até 2100, provocando erosões, precipitações intensas e desastres naturais nas cidades costeiras, que trarão implicações para a dinâmica do turismo em território nacional.

Para as próximas décadas, é previsto que a região Sudeste do país sofra um aquecimento médio de temperatura relativamente baixo, entre 0,5°C e 1°C, bem como aumento entre 5% e 10% na frequência de precipitações. Entre as décadas de 2040 e 2070, estima-se um aumento gradual entre 1,5°C e 2°C nas temperaturas e entre 15% e 20% na frequência de chuvas. Já entre 2070 e 2100, espera-se um aumento mais acentuado nas temperaturas entre 2,5°C e 3,0°C e entre 25% e 30% mais chuvoso (Ambrizi & Araújo, 2013). Como a região costeira é a que apresenta a maior vulnerabilidade a essas alterações, alguns estudiosos esperam que a promoção do turismo em áreas do interior do país poderá ser uma estratégia de descongestionamento de destinos turísticos considerados mais ameaçados e frágeis às mudanças climáticas. Porém, esse redirecionamento dos fluxos turísticos poderá gerar pressões de diferentes ordens sobre as novas áreas turísticas (Grimm et al., 2018).

Além da região costeira, outras áreas do território brasileiro de interesse turístico também são consideradas vulneráveis às mudanças climáticas. Rocha e Silveira (2021) cruzaram informações sobre as cinco categorias de municípios turísticos adotadas pelo Mapa Brasileiro do Turismo com dados da Base Territorial Estatística de Áreas de Risco (BATER) do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Os pesquisadores identificaram que dos 3.285 municípios turísticos brasileiros, 20% possui áreas de risco em seus territórios. Quando considerados os municípios com maior estrutura e procura turística (Categorias Turísticas A e B), os autores concluíram que os principais destinos turísticos brasileiros (48%) possuem uma ou mais áreas de risco e se concentram na região Sudeste (36,5%), como sintetiza a Tabela 1.

Tabela 1

Número de destinos turístico com área de risco

Região	Norte		Nordeste		Centro Oeste		Sudeste		Sul	
Categoria	Número de municípios									
	MTUR	BATER	MTUR	BATER	MTUR	Categoria	MTUR	BATER	MTUR	BATER
A	7	6	14	10	6	2	22	10	7	6
B	7	5	43	23	21	3	74	36	34	15
C	46	16	107	35	65	8	215	64	106	41
D	176	40	406	100	119	2	688	134	538	68
E	23	7	133	10	14	-	159	9	220	4

Nota. MTUR – municípios turísticos; BATER – municípios com área de risco.

Fonte: Elaborado a partir de Rocha & Silveira (2021).

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Na escala federal, articulações políticas entre diferentes segmentos da sociedade brasileira têm buscado construir estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Cabe destacar a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei n. 12.127/2009) e o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima (2016), além da incorporação da agenda climática na estrutura do atual Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, por meio da Secretaria Nacional das Mudanças do Clima. No entanto, as considerações sobre o turismo nestes documentos ainda são insuficientes para promover articulações interinstitucionais.

Por sua vez, a ação mais importante do Ministério do Turismo do Brasil aponta para a construção do Plano de Ações Climáticas para o Turismo Brasileiro, uma ferramenta elaborada em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e que enfatiza ações nas áreas de descarbonização e conservação ambiental. Como resultados da mobilização do principal órgão gestor do turismo no país, foram criados grupos temáticos que se direcionam ao desenvolvimento de planos de mitigação e adaptação, soluções para investimentos financeiros, inventário de emissões, metodologias para mensurar indicadores de sustentabilidade, esforços de articulação interinstitucional, ratificação da Declaração de Glasgow e promoção de destinos vinculados à ação climática (Ministério do Turismo, 2023).

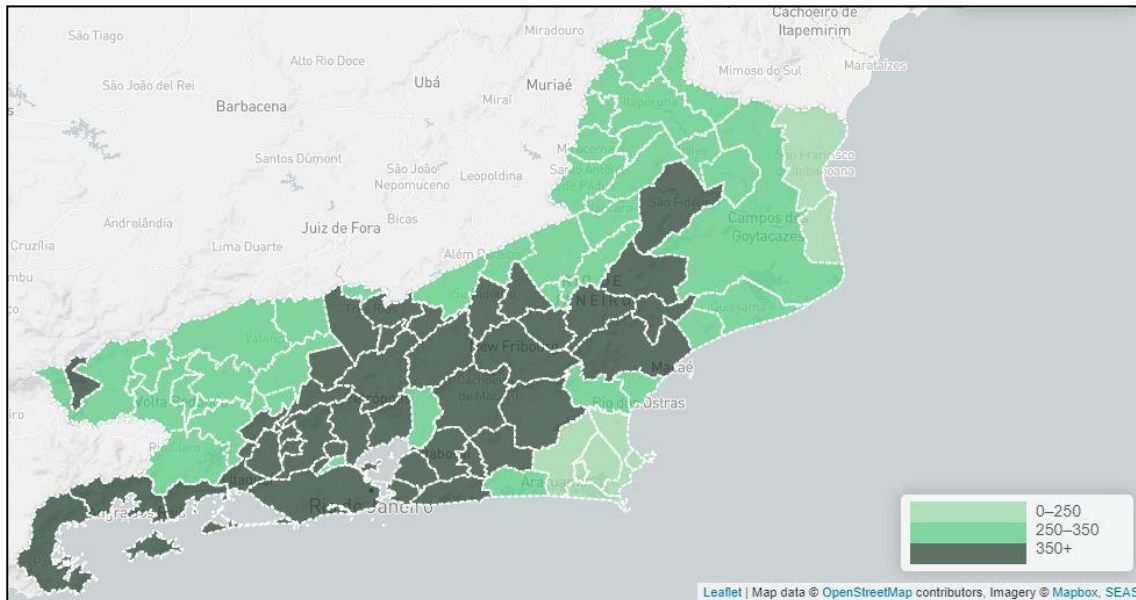
No Estado do Rio de Janeiro, a Lei n. 5.690/2010 definiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável e teve dois principais desdobramentos: a criação do Plano Estadual de Mudanças do Clima e o Fórum do Rio de Janeiro de Mudanças Climáticas. Em 2021, foi lançado o Portal Rio de Janeiro de Mudanças Climáticas (RioClima), que coleta e disponibiliza dados sobre emissões de GEE nas cidades do Estado. A relevância do tema pode ser ilustrada, ainda, pela institucionalização da agenda climática por meio da criação de secretarias e estratégias de adaptação na escala municipal; bem como pela articulação da sociedade civil e da comunidade científica, a exemplo das ações promovidas pelo Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro), pela atuação do *Climate Hub Rio* (*Columbia Global Center*) e do Instituto Clima e Sociedade.

Os principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro também se apresentam como os maiores emissores de GEE (Figura 2). Dos sete municípios classificados na Categoria Turística A, cinco apresentam emissões de GEE consideradas altas, ou seja, acima de 350 ton CO₂/ha (Portal de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro, 2024). Densidade populacional, centralidade econômica, produção petrolífera e localização geográfica nos principais eixos de deslocamento entre as cidades do território fluminense podem explicar o padrão desses destinos no cenário de emissões de GEE:

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Fig. 2

Categorias de emissões de GEE (ton/CO₂) por município



Nota. Portal de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro (2024).

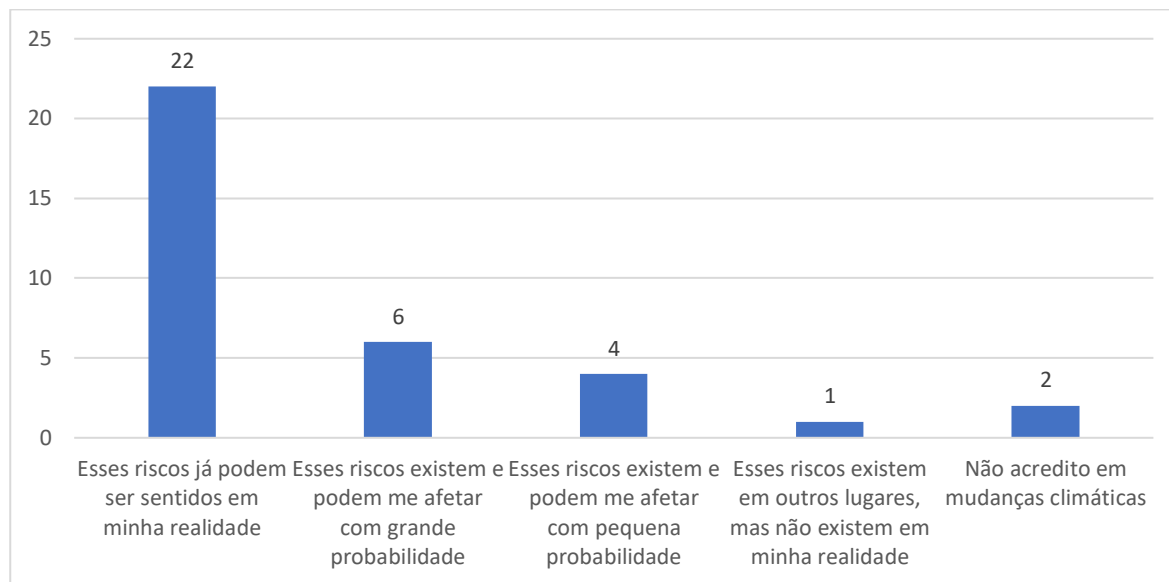
No âmbito das políticas públicas, a preocupação com as mudanças climáticas tem ganhado maior espaço nos últimos anos, inserindo uma discussão sobre os possíveis efeitos dessas mudanças no setor de turismo. Essa preocupação crescente está presente de forma mais evidenciada nas políticas de escala nacional e estadual, sendo mais frágil ou mesmo inexistente quando consideradas as políticas locais. Como aponta a literatura (Gil et al., 2023), a internalização das mudanças climáticas nas políticas de turismo ainda é superficial e necessita de maior inserção e atenção para que sejam implementadas ações eficazes de adaptação e mitigação. Com efeito, os planos municipais de turismo dos destinos prioritário do Estado do Rio de Janeiro não mencionam a crise climática como um aspecto a ser considerado no desenvolvimento do turismo em seus territórios. Quando o tema é contemplado, a abordagem é pontual e não sinaliza ações específicas para governança dos riscos, indicando a inexistência de uma estratégia norteadora para gestores públicos e privados do turismo.

Por seu turno, o nível de articulação para institucionalizar políticas direcionadas à crise climática no turismo pode ser significativamente influenciada pela percepção que os atores locais compartilham sobre os riscos associados às mudanças climáticas (Souza & Zanella, 2019). Nos principais destinos do Estado do Rio de Janeiro, os riscos associados às mudanças climáticas são percebidos como uma ameaça já existente para a maioria dos respondentes (Figura 3). Porém, cabe sinalizar que parte dos atores locais percebe como baixa probabilidade desses riscos afetarem suas cidades (n=4) ou mesmo consideram os riscos inexistentes (n=3) nos destinos turísticos:

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Fig. 3

Percepção dos atores locais sobre mudanças climáticas no turismo



Nota. Elaborado pelos autores.

Os participantes do estudo compartilham o entendimento predominante que tanto fatores naturais quanto atividades humanas são fatores causadores das mudanças climáticas (n=24). O tema das mudanças climáticas é considerado prioritário para a maior parte (n=22) dos representantes, embora parcela significativa (n=11) considere existir temas mais relevantes para suas cidades. Para os que identificam riscos associados às mudanças climáticas nos destinos onde atuam, os eventos mais comuns são a ocorrência de ventos fortes (n=21), ressacas extremas na orla das praias (n=17), temperatura acima da média (n=17) e inundações (n=15).

Nesses destinos turísticos, os gestores do turismo tendem a vincular as preocupações com mudanças climáticas com riscos predominantemente de natureza econômica. Para os respondentes, as principais consequências dessas mudanças para o turismo são prejuízos financeiros (n=24); desequilíbrios ecológicos (n=19); diminuição da atratividade turística das cidades (n=19); riscos de abastecimento de água, energia e serviços públicos (n=15); segurança do turista e morador (n=12); e aumento da poluição e contaminação por esgoto e lixões (n=12) (Figura 4). Já os setores com maior probabilidade de serem afetados pelas mudanças climáticas no turismo são a rede de hospedagem (n=31); bares, restaurantes e afins (n=23); e os próprios atrativos naturais, culturais e artificiais (n=16).

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Fig. 4

Principais preocupações associadas às mudanças climáticas nos destinos



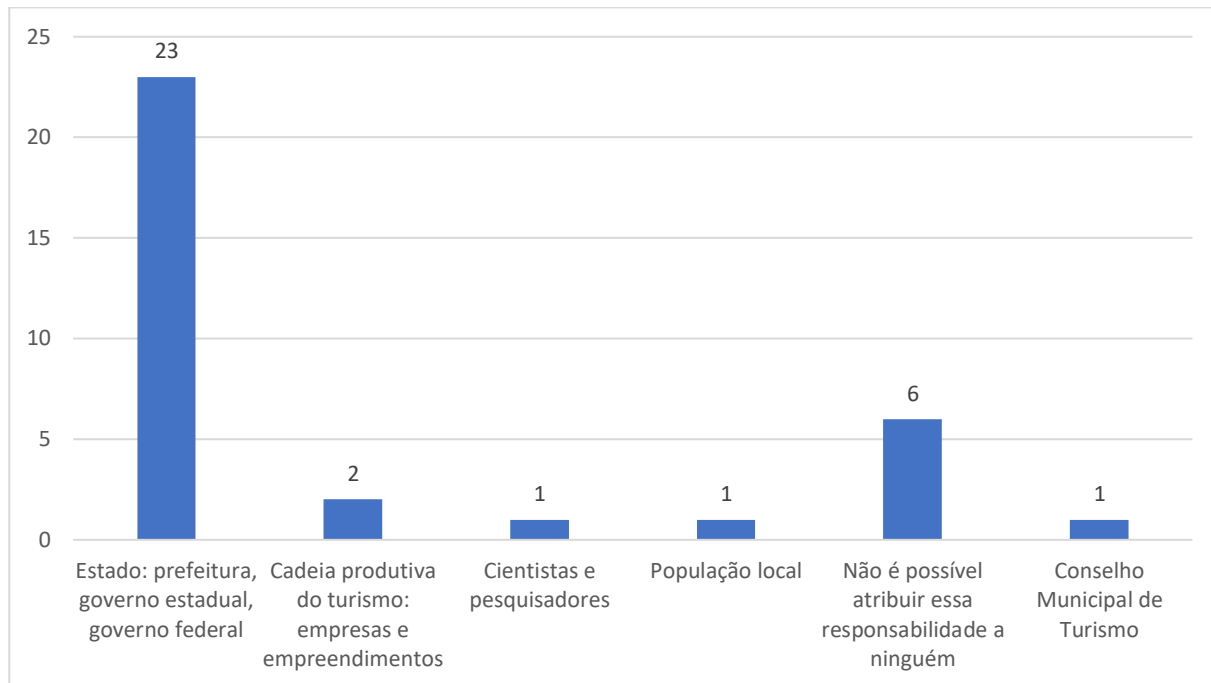
Nota. Elaborado pelos autores.

Na percepção dos gestores locais, o turismo náutico (n=12) e o ecoturismo (n=10) são considerados os segmentos mais vulneráveis à crise climática, percepção justificada pela forte relação desses segmentos com condições ambientais favoráveis nestes destinos. Por sua vez, a responsabilidade pela mitigação das mudanças climáticas é atribuída majoritariamente ao poder público (n=23). Outra parcela significativa (n=6) não acredita ser possível atribuir a responsabilidade pela crise climática a nenhum ator social. Cabe sinalizar que turistas, profissionais do turismo, organização não governamentais e movimentos sociais e ambientalistas não foram apontados como responsáveis pelas medidas de mitigação (Figura 5).

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

Fig. 5

Responsabilidade pelas ações de enfrentamento à crise climática nos destinos



Nota. Elaborado pelos autores.

Os representantes dos principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro puderam identificar um conjunto de iniciativas para mitigação dos riscos associados às mudanças climáticas. Destacam-se ações de reflorestamento florestal com suporte de drones e projetos de educação ambiental para moradores e turistas. Outras ações mencionadas contemplam o recolhimento de resíduos em ecossistemas terrestres e marinhos, desenvolvimento de estudos, intervenções em infraestruturas urbanas e planos de contingência para desastres ecológicos. Em que pese a importância dessas ações, parte dos representantes locais não identificou ações concretas em seus municípios. Entre as prioridades sugeridas pelos atores locais para enfrentar as mudanças climáticas no turismo estão ações de educação ambiental (n=21), investimentos em tecnologias (n=19), desocupação de áreas de risco (n=18), cooperação entre diferentes órgãos (n=13) e a regeneração da cobertura vegetal (n=14).

CONCLUSÃO

As mudanças climáticas configuram um dos principais desafios contemporâneos e podem afetar processos fundamentais dos sistemas socioecológicos do planeta, potencializando conflitos para o acesso e o uso de recursos naturais ou mesmo colocando em risco a existência de regiões e paisagens ao redor do mundo, muitas das quais apropriadas pelas práticas turísticas atuais. Os nexos entre mudanças climáticas e turismo são ambíguos, posto que o turismo não é apenas um setor afetado pelo aprofundamento da crise climática, mas também se apresenta como um dos principais tributários das transformações ambientais em escala global. Esse estudo buscou

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

identificar estratégias para o enfrentamento de riscos associados às mudanças climáticas nos principais destinos do Estado do Rio de Janeiro.

Este estudo teve por objetivo entender em que medida a crise climática tem sido internalizada na governança do turismo nos principais destinos do Estado do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva de gestores públicos e privados do turismo. As etapas da pesquisa permitiram identificar a existência e a natureza de medidas de mitigação e adaptação nestes destinos, indicando um panorama de como a crise climática tem sido discutida na arena turística do território estudado. Os resultados obtidos a partir do levantamento apontam que não há clareza entre os atores responsáveis pela governança do turismo acerca das responsabilidades no enfrentamento à crise climática no setor. Predomina na percepção desses atores um caráter tecnicista, com ênfase nas ações de descarbonização do setor e que aliada à preocupação predominantemente econômica sobre os efeitos das mudanças climáticas no turismo contribuem para colocar à sombra a natureza política desse debate. Aspectos relacionados à responsabilização e a lógica distributiva dos riscos, que poderia configurar uma discussão mais ampla sobre justiça climática, não permeiam o debate sobre mudanças climáticas no contexto turístico analisado. Essa inferência é comprovada pela ausência de instâncias de discussão que garantam uma participação social plural sobre os riscos associados à mudança climática no turismo e as ações necessárias para seu enfrentamento, bem como pelo baixo nível de institucionalização da questão climática nas políticas turísticas, notadamente na escala local.

As mudanças climáticas são percebidas como uma ameaça efetiva e que já atinge os principais destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, os resultados revelam que parte dos representantes locais compartilha uma perspectiva negacionista frente à crise climática, uma vez que alguns desses atores minimizam ou mesmo negligenciam os desdobramentos das mudanças ambientais para os territórios. As medidas existentes para o enfrentamento da crise climática ainda são incipientes e insuficientes, destacando-se propostas com maior apelo público, como projetos de reflorestamento e educação ambiental. Essas intervenções podem ajudar a vincular a imagem dos destinos turísticos à governança da questão climática, mas estas medidas não são conhecidas por todos os representantes locais do turismo e tão pouco compõem uma agenda política estrategicamente articulada.

Esse estudo contribui para compreender o cenário da governança de riscos dos setores público e privado do turismo no Estado do Rio de Janeiro, apresentando indicativos sobre a percepção dos atores locais sobre o tema e sua relação com a ausência de políticas de enfrentamento aos efeitos da crise climática no turismo. Além de concorrer para complementar o estado da arte sobre mudanças climática e turismo, os resultados podem subsidiar a tomada de decisão de atores locais e contribuir para sensibilizar o setor de turismo sobre a necessidade de intervenções articuladas e concretas nesses destinos. Estudos sobre indicadores de resiliência das localidades turísticas no cenário de mudanças climáticas e parâmetros para construção de planos de enfrentamento à crise climáticas em diferentes escalas podem ser apontados como frentes de estudo para futuras pesquisas sobre o tema.

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

REFERÊNCIAS

- Ambrizzi, T., & Araújo, M. (Coord.). (2013). *Sumário executivo: Base científica das mudanças climáticas* (23 p.). Brasília-DF: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.
- Beni, M. C., & Moesch, M. (2017). A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Turismo – Visão e Ação*, 19(3), 430-457. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457>
- Cellard, A. (2012). A análise documental. In J. Poupard, J. P. Deslauriers, L. H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, & A. Pires (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295–316). Petrópolis: Editora Vozes.
- Crutzen, P. J. (2002). Geology of mankind. *Nature*, 415(3), 23. DOI: <https://doi.org/10.1038/415023a>
- Dencker, A. F. (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura.
- Fang, Y., Yin, J., & Wu, B. (2017). Climate change and tourism: A scientometric analysis using CiteSpace. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(1), 108–126. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1329310>
- Fletcher, R. (2019). Ecotourism after nature: Anthropocene tourism as a new capitalist “fix”. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(4), 522–535. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1471084>
- Folke, C., et al. (2010). Resilience thinking: Integrating resilience, adaptability and transformability. *Ecology and Society*, 14(4).
- Fratucci, A. C. (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras: As possibilidades das redes regionais de turismo* [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense].
- Gil, J., Marques, N., & Andrade, G. N. (2023). Agenda climática e o turismo no Brasil: Contribuições para políticas públicas de adaptação frente às mudanças climáticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 17, e-2759, 1–14. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v17.2759>
- Gössling, S., Peeters, P., Ceron, J. P., Dubois, G., Patterson, T., & Richardson, R. B. (2005). The eco-efficiency of tourism. *Ecological Economics*, 54(4), 417–434. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2004.10.006>
- Grimm, I. J. (2016). *Mudanças climáticas e turismo: Estratégias de adaptação e mitigação* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná].
- Grimm, I. J., Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2018). O turismo no cenário das mudanças climáticas: Impactos, possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(13), 1–22. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1354>
- Iwana, A. Y. (2014). *Riscos e vulnerabilidades às mudanças climáticas e ambientais: Análise multiescalar na zona costeira de São Paulo* [Tese de Doutorado, Unicamp].
- Lenzen, M., Sun, Y. Y., Faturay, F., Ting, Y. P., Geschke, A., & Malik, A. (2018). The carbon footprint of global tourism. *Nature Climate Change*, 8, 522–528. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0141-x>

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

- Mace, G. M., et al. (2014). Approaches to defining a planetary boundary for biodiversity. *Global Environmental Change*, 28, 289–297. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.07.009>
- Marengo, J. A., et al. (2017). A globally deployable strategy for co-development of adaptation preferences to sea-level rise: The public participation case of Santos, Brazil. *Natural Hazards*, 88(1), 1–15. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11069-017-2855-x>
- Markham, A., Osipova, E., Lafrenz, S., & Caldas, A. (2016). *World Heritage and tourism in a changing climate*. United Nations Environment Programme; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Ministério do Turismo. (2023). *Mapa Brasileiro do Turismo*. Recuperado em 30 de julho de 2023 de <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>
- Ministério do Turismo. (2023). *Ação climática em turismo no Brasil: primeiros passos rumo a um plano nacional de ação climática para o turismo brasileiro*. Recuperado em 10 de setembro de 2023 de: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/BID_Acao_Climatica_Turismo_VFinal2.pdf
- Organização Mundial do Turismo. (2021). *Declaração de Glasgow para Ação Climática no Turismo*. Recuperado em 02 de novembro de 2023 de: <https://www.unwto.org/the-glasgow-declaration-on-climate-action-in-tourism>
- Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. (2017). *Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas: Relatório Especial* (J. A. Marengo & F. R. Scarano, Eds.). COPPE – UFRJ.
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. (2018). *Summary for Policymakers: IPCC Special Report on the impacts of global warming*. World Meteorological Organization.
- Paula, C. B. (2019). *As mudanças climáticas no desenvolvimento da atividade turística no Brasil* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília].
- Portal de Mudanças Climáticas do Estado do Rio de Janeiro. (2024). Recuperado em 15 de novembro de 2024 de: <https://geoportal.inea.rj.gov.br/portal/apps/sites/#/portal-de-mudancas-climaticas-do-estado-do-rio-de-janeiro/>
- Rocha, M. M., & Silveira, A. T. (2021). Gestão de risco no turismo: Análise dos destinos turísticos no Brasil e a vulnerabilidade a desastres naturais. *Marketing & Tourism Review*, 6(1), 1–34. DOI: <https://doi.org/10.29149/mtr.v6i1.6463>
- Rockström, J., et al. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature*, 461, 472–475.
- Santos, E. S., & Marengo, J. A. (2020). Desafío e impacto del cambio climático en el turismo: El escenario brasileño. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 29(3), 864–885.
- Santos-Lacueva, R., Clavé, S. A., & Saladié, Ò. (2017). The vulnerability of coastal tourism destinations to climate change. *Sustainability*, 9(11), 1–19. DOI: <https://doi.org/10.3390/su9112062>

A POLÍTICA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE DESTINOS PRIORITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO

- Scott, D., Hall, C. M., & Gössling, S. (2019). Global tourism vulnerability to climate change. *Annals of Tourism Research*, 77, 49–61. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.05.007>
- Smith, B., & Zeder, M. (2013). The onset of Anthropocene. *Anthropocene*, 4, 8–13. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2013.05.001>
- Souza, L. B., & Zanella, M. E. (2019). *Percepção de riscos ambientais: Teoria e aplicações*. Edições UFCE.
- Stockholm Resilience Centre. Planetary boundaries. University of Stockholm. Recuperado em 19 de outubro de 2025, de <https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html>
- United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2012). *Como construir cidades mais resilientes: Um guia para gestores públicos locais*. United Nations International Strategy for Disaster Reduction.
- United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2017). *Participating local government*. United Nations International Strategy for Disaster Reduction
- Zanirato, S. H. (2018). Riscos ao patrimônio cultural edificado diante das mudanças climáticas globais: Medidas para a reformulação de políticas públicas. In A. V. de Carvalho, B. O. Espejel, & T. Juliano (Orgs.), *Perspectivas patrimoniais: Natureza e cultura em foco* (pp. 445–461). Curitiba-PR: Editora Prismas.

INFORMAÇÃO (ÕES) DO (S) AUTOR (ES)

- *1 Doutor em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: tiago.juliano@unirio.br
- *2 Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: soaresivy@edu.unirio.br

REVISTA CIENTÍFICA ATELIÊ DO TURISMO – VINCULADA A



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**